

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 481.724 - SP (2018/0320486-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : LEANDRO CHAB PISTELLI
ADVOGADO : LEANDRO CHAB PISTELLI - SP182264
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROSANGELA APARECIDA BERNARDES (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. WRIT MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELO DESEMBARGADOR RELATOR DO FEITO NA ORIGEM. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. PRECEDENTES. PEDIDO DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ROSANGELA APARECIDA BERNARDES contra decisão do Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Relator do *Habeas Corpus* n.º 2253537-63.2018.8.26.0000, que indeferiu liminarmente o *writ*.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante delito, em 15/04/2018, na Penitenciária Valentim Alves da Silva, pois, "*ao ser submetida a revista íntima, foi surpreendida na posse de 71,52g de maconha*" (fl. 23). Em 16/04/2018, o flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Posteriormente, a Paciente foi condenada às penas de 6 (seis) anos, 9 (nove) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime fechado, e 680 (seiscentos e oitenta) dias-multa, como incurso no art. 33, *caput*, c.c. o art. 40, inciso III, ambos da Lei n.º 11.343/2006.

A Defesa impetrou *habeas corpus*, mas o Desembargador Relator indeferiu liminarmente o processamento do *writ* por ser reiteração do HC n.º 2086314-85.2018.8.26.0000 (fls. 26-27).

Sustenta a Parte Impetrante, em suma, que a "*custódia da paciente não pode se sobrepor aos direitos e a necessidade extrema de um recém-nascido em fase de amamentação*" (fl. 4). Afirma que a Paciente é mãe de uma criança de menos de 1 (um) ano de vida e faz jus à concessão de prisão domiciliar.

Requer, na liminar e no mérito, a concessão de prisão domiciliar à

Superior Tribunal de Justiça

Paciente.

O pedido liminar foi indeferido nos termos da decisão de fls. 39-41.

As informações foram prestadas às fls. 47-81.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 73-79, opinando pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

Decido.

O presente *writ* foi manejado contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não tendo havido a interposição de agravo regimental objetivando a manifestação do Órgão Colegiado.

Assim, ausente o esgotamento da instância ordinária e não se tratando de hipótese excepcional de flagrante ilegalidade, impõe-se o não conhecimento da presente ação mandamental.

Esse entendimento foi firmado pelas duas Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte, como demonstram os seguintes precedentes, a título ilustrativo:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. MANDAMUS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL QUE RESTABELECEU PRISÃO PREVENTIVA. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO AO COLEGIADO NA ORIGEM. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não tendo a parte recorrente interposto agravo regimental para esgotamento da instância anterior, com vistas a atender os ditames do art. 105, II, da Constituição Federal, é incabível a impetração do habeas corpus, só se flexibilizando esse entendimento quando constatada ilegalidade flagrante. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 503.168/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 04/06/2019; sem grifos no original.)

"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS. QUADRILHA, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E DE MUNIÇÃO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBAGADOR. SÚMULA

Superior Tribunal de Justiça

691/STF. INCOMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL SUPERIOR. JURISDIÇÃO AINDA NÃO INAUGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O entendimento consolidado por esta Corte Superior é no sentido de que o pedido de reconsideração, interposto no prazo recursal de 5 dias, deve ser recebido como agravo regimental, nos termos dos arts. 258 e 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Hipótese em que o ato indicado como coator e impugnando na impetração, praticado por Desembargadora do TJRJ, deve ser submetido à análise do órgão julgador competente, por meio de agravo interno, não estando inaugurada, portanto, a jurisdição desta Corte Superior, consoante determinado no art. 105, II, a, da CF. Assim, a matéria não pode ser examinada, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 507.396/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

Cito, ainda, recentes julgados proferidos pelas Primeira e Segunda Turmas do Supremo Tribunal Federal:

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. SUPRESSÃO INSTÂNCIA.

1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou. Precedentes.

2. Inviável o exame de teses defensivas não analisadas pelo Superior Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância. Precedentes.

3. Agravo regimental conhecido e não provido." (HC 171.614 AgR, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. 2. Penal e Processual Penal. 3. Sequestro e cárcere privado, extorsão e corrupção passiva (arts. 148, 158, § 1º, c/c o art. 29, e art. 317, § 3º e 4º, 'a' e 'c', da Lei 4.898/1965). 4. Retirada do monitoramento eletrônico. 5. Habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do STJ. Impossibilidade. Esgotamento das vias recursais. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento." (HC 170.091 AgR, Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

Além disso, conforme consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Estado

Superior Tribunal de Justiça

de São Paulo, verifico que a questão da prisão domiciliar foi decidida no HC n.º 2086314-85.2018.8.26.0000, como se observa da seguinte ementa:

"TRÁFICO DE ENTORPECENTES (artigos 33, caput c.c. 40, inciso III, ambos da Lei nº 11.343/06). Prisão preventiva. Revogação. Inadmissibilidade. Presença dos requisitos da custódia cautelar. Existência de prova da materialidade da infração e de indícios de autoria. Custódia decretada por decisão fundamentada. Prisão domiciliar. Impossibilidade Paciente reincidente que, com a filha no colo, tentou entrar em estabelecimento prisional para entrega, drogas, objetivando lucro. Amamentação, ademais que, embora recomendável, não é o único meio de alimentação da criança, que está sob os cuidados da avó materna. Constrangimento ilegal inexistente Ordem denegada."

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ, NÃO CONHEÇO do pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora